



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2016

Aos

Acionistas, Diretores e demais Administradores da

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA

Parque Estação Biológica – PqEB s/nº - Brasília, DF - CEP: 70.770-901

Telefone: (61) 3448-4433 - Site: www.embrapa.br

CNPJ (MF):. 00.348.003/0001-10

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA (Empresa)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

2.1) Provisão para Contingências Judiciais– Resolução nº 1.180/2009

As estimativas do desfecho judicial desfavorável e do efeito financeiro negativo são determinadas pelo julgamento da administração da empresa, complementados pela experiência de transações semelhantes e, na maioria dos casos, por relatórios de advogados e peritos da empresa ou independentes. As incertezas acerca do valor a ser reconhecido como provisão, são tratadas por vários meios de acordo com as circunstâncias.

Conforme Nota Explicativa nº 1.4 “b”, das Provisões, as informações geradas pela Assessoria Jurídica da EMBRAPA, foram disponibilizadas, apresentando um saldo total a ser provisionado no montante de **R\$ 134.000 mil**.

Ratificamos a necessidade de envidar esforços para adequação do citado relatório, pois, o relatório apresentado está gerando um grau de incerteza acerca de sua suficiência para cobertura de tais litígios, haja vista que o padrão não atende aos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – “Provisões - passivos contingentes e ativos contingentes”. Porque não classifica as contingências segundo o risco de um desfecho desfavorável, como: (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas em nota explicativas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **EMBRAPA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **EMBRAPA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **EMBRAPA**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **EMBRAPA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5) Ênfase:

5.1) Continuidade do Negócio

As demonstrações contábeis sob nosso exame foram preparadas pressupondo-se a continuidade normal das atividades da **EMBRAPA**. Entretanto, um cenário formado por contínuos e reiterados prejuízos, decorrentes da deficiência de capital de giro e da elevação da participação de capital de terceiros, associado ao vertiginoso aumento das despesas financeiras decorrentes da variação monetária calculada sobre os Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC, na forma preconizada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, dissiparam o “capital próprio” reduzindo recorrentemente a cada ano os lucros acumulados até consumir totalmente o Patrimônio Líquido, passando a apresentar um “passivo a descoberto” (patrimônio líquido negativo), de tal modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

5.1) Acompanhamento do Inventário Físico

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que nossa contratação ocorreu após o encerramento do exercício sob nosso exame, impossibilitando-nos de acompanhar os procedimentos de inventário físico dos estoques. Porém, aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação dos saldos registrados na conta “Estoques”, dentre os quais destacamos os Relatórios das Comissões Inventariantes das seguintes unidades: (CPAF-RO; CNPAE; CPAF-RR; CPAMN; CPATC; CNPGL; CNPMS; CPAP; CPAO; CNPAB; CNPMA; CNPDIA; CNPSO; CNPSA; CNPT; CPAC; SPM; EMBRAPA SEDE; CNPAT; e SCT), os quais foram objetos de nossos exames. Recomendamos que a Contratação da auditoria seja anterior à data do Inventário, para que os saldos possam ser efetivamente validados.

6) Outros Assuntos

6.1) Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

6.1.1 Relatório da Administração

A administração da **EMBRAPA** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 22 de Abril de 2016, contendo a seguinte ressalva: A Empresa mantém uma conta bancária de movimento no Banco do Brasil S.A., em Nova Iorque/EUA, cujo saldo bancário apresentado em 31 de dezembro de 2015 é de US\$ 491.546,49, convertidos pela taxa de câmbio de R\$ 3,9042, incluindo a variação cambial do período, deveria representar um montante de R\$1.919.095,81. Porém, o saldo contábil apresentado no SIAFI, foi de R\$1.407.054,58, apresentando uma divergência a menor de R\$ 512.041,23.

Brasília/DF, 17 de Março de 2017

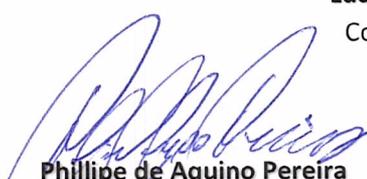


AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S" DF


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" DF
Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" DF


Thomaz de Aquino Pereira

Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S" DF